

Por amor à Santa Fé: a cidade medieval no contexto de *O continente* e a origem da família Terra-Cambará

For the love of Santa Fé: the medieval city in the context of *O continente* and the origin of the Terra-Cambará family

Laurene Veras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O artigo propõe uma reflexão acerca das semelhanças entre a cidade de Santa Fé, em sua formação, descrita por Érico Veríssimo nos dois primeiros tomos de *O tempo e o vento* e a cidade medieval apresentada por Jacques Le Goff em *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*, partindo da premissa segundo a qual a cidade, desde seus dias primordiais, tem sido um pólo de atração para as famílias e peregrinos que decidam abandonar o nomadismo em busca de proteção. Para tanto, o artigo se concentra nos capítulos *Ana Terra* e *Um certo capitão Rodrigo*, os quais abarcam o período em que o vilarejo de Santa Fé é edificado à semelhança dos processos geracionais da cidade medieval, guardadas as devidas diferenças oriundas do evidente anacronismo histórico do período americano romanceado por Veríssimo em relação ao da formação da cidade medieval europeia.

Palavras-chave: Cidade. Campo. Medieval. Fundação.

Abstract: The article proposes a reflection on the similarities between the city of Santa Fe in its formation, described by Erico Verissimo in the first two volumes of *O tempo e o vento* and the medieval city by Jacques Le Goff in *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*, on the premise that the city, from its primordial days have been a magnet for pilgrims and families who decide to abandon the nomadic life in search of protection. The article focuses on *Ana Terra* e *Um certo capitão Rodrigo* chapters, which cover the period in which the village of Santa Fe is built like the generational process of the medieval city, kept their differences come from the obvious historical anachronism between american period romanticized by Verissimo and the foudation of medieval european city.

Keywords: City. Country. Medieval. Edification.

Para estabelecer uma análise da cidade e do campo em *O tempo e o vento*, partirei da assertiva de Le Goff (LE GOFF, 1998, p. 72), segundo a qual “A cidade é, com relação ao campo, à estrada e ao mar, um pólo de atração de segurança”. Fundamentarei a estrutura deste estudo na tríade que constitui a base da formação do clã Terra – Cambará, a saber, Pedro Missioneiro, Ana Terra e Rodrigo Cambará. Para tanto, irei me restringir ao primeiro tomo de *O Continente*, mais especificamente em *Ana Terra e Um certo capitão Rodrigo*. Em relação ao tópico campo *versus* cidade, este texto concentrar-se-á mais especificamente na semelhança da cidade de Santa Fé no tempo de sua formação com a cidade medieval descrita por Le Goff. Começamos abordando a passagem do tempo mítico ao tempo histórico presentes em *O Continente*, mais especificamente a partir do capítulo *Ana Terra* até a formação do povoado de Santa Fé.

O tempo mítico ao qual nos referimos diz respeito à parte da narrativa que constitui o embrião da formação do clã dos Terra - Cambará. Ana Terra, a matriarca primordial, vive num pequeno e rústico rancho com os pais e os dois irmãos, distante das cidades, inserida num contexto rural isolado, com pouca comunicação ou notícia do que ocorre no resto do mundo. Este isolamento é quebrado através de raras aparições de forasteiros, como o episódio da rápida passagem do Major Rafael Pinto Bandeira e seus homens que peregrinavam em guerra contra os castelhanos.¹ Neste lugar, o tempo, o longe e o perto, são palavras que quase não fazem sentido, pois as referências espaciais e temporais embaralham-se na percepção diante da amplitude solitária do pampa:

Mas em que dia da semana tinha aquilo acontecido? Em que mês? Em que ano? Bom, devia ter sido em 1777: ela se lembrava bem porque esse fora o ano da expulsão dos castelhanos do território do Continente. Mas na estância onde Ana vivia com os pais e os dois irmãos, ninguém sabia ler, e mesmo naquele fim de mundo não existia calendário nem relógio. Eles guardavam de memória os dias da semana; viam as horas pela posição do sol; calculavam a passagem dos meses pelas fases da lua; e era o cheiro do ar, o aspecto das árvores e a temperatura que lhes diziam das estações do ano. (VERISSIMO, 1962, p. 73).

Vivendo numa realidade arcaica, sem proteção contra a imprevisibilidade da natureza e a violência dos homens, o rancho de Maneco Terra existe à mercê dos ataques de castelhanos ou andarilhos e tropas de intenções inescrutáveis, o mais das vezes perversos, numa espécie de perspectiva hobbesiana que define a máxima da “guerra de todos contra todos”. Regina Zilberman (CHAVES, 1972) se refere a este tempo mítico como sendo a “matriz” do que virá a seguir. Neste episódio sem tempo nem espaço estritamente definidos aparece Pedro Missioneiro, o qual tem um dom premonitório, e que irá fecundar o ventre de Ana e dar início à dinastia sobre a qual

¹ *O continente*, primeiro tomo, p. 75.

há de se debruçar o narrador ao longo de todo o romance. Segundo Flávio Loureiro Chaves,

O Continente aborda sobretudo as origens da antiga Província de São Pedro, sintetizado-as nas criaturas de ficção que adquirem impressionante força mítica. Na imensa galeria dessas personagens, que se distribuem entre seres puramente imaginários e tipos historicamente reais, avultam as figuras de Ana Terra e Capitão Rodrigo, os dois pólos das grandes forças humanas que movimentam a ação de *O Continente*.(CHAVES, 1996, p. 17).

Em *Ana Terra*, ocorre o romance secreto entre Ana e Pedro e a consequente concepção de Pedrinho, fato que termina por enfurecer Maneco Terra e causar o assassinato de Pedro pelos irmãos de Ana a pedido de seu pai Maneco. Pedro Missioneiro é elemento estranho que surge para subverter a ordem vigente. Assim é que se edifica o primeiro pilar sobre o qual se erguerá o clã dos Terra – Cambará, amalgamando a história da família sobre um começo apoiado no assassinato, em uma genealogia que por todo o romance há de se desenvolver indissociável de acontecimentos trágicos, tal qual a própria história do Rio Grande do Sul que corre paralela à da descendência de Ana Terra. Chaves (2001), referindo-se a artigo de Edward López e Peñuela Canizal, é quem explica o caráter da historicidade da obra:

[...] Erico Verissimo utilizou-se da *técnica da redução* das grandes estruturas às dimensões mais facilmente manejáveis de um modelo constituído em escala diminuta. Desse modo ele concentrou o tempo social e o espaço social de um Estado ao tempo e ao espaço domésticos de uma só família”. E, adiante, concluem: “Poder-se-ia supor que Verissimo tivesse escrito um romance histórico. Suspeitamos que isso não seja rigorosamente verdadeiro, porque todas as personagens históricas que a obra inclui estão relegadas a um plano secundário e não chegam jamais a conquistar autonomia. Elas fornecem apenas motivações que impulsionam as personagens principais à ação. Estas, por sua vez, são todas fictícias. Além disso, tudo que Verissimo capta da dinâmica histórica se assimila à natureza fictícia da obra que constrói. Importa, aqui, mais o ‘processo’ do que o ‘fato’, o ‘mecanismo’ mais do que a ‘natureza’ ou o ‘conteúdo’ dos acontecimentos. (CHAVES apud LÓPEZ;CAÑIZAL, 1969).

Verissimo (1997) explica o papel da história na gênese de *O tempo e o vento*: “Um romancista é antes de tudo um intuitivo. Para *O Tempo e o Vento* fiz o mínimo de pesquisas. Não me arrependo disso. É muito perigoso para o romance

quando o autor sabe coisas demais sobre uma região ou uma época histórica”². Entretanto, Chaves ainda aponta para o que ele crê ter maior relevância no que concerne à questão histórica e que termina indo ao encontro da explicação de Verissimo acima citada: “A intenção que preside a ordenação de *O Continente* é portanto a de resgatar a História narrando-a nas aventuras dessas personagens imaginárias. A narrativa alcança um perfeito equilíbrio entre o testemunho e a ficção.”(CHAVES, 1996, p. 17)

Na sequência da narrativa, o rancho de Maneco Terra é atacado e destruído e a família, brutalmente assassinada, restando Ana Terra, sua cunhada Eulália, Pedrinho e o bebê de Eulália, Rosa. Amedrontada, violada e desprotegida naquela tapera que outrora fora seu lar, Ana decide dois dias depois agregar-se com o que restou da sua família a outro grupo que passava pelo local em duas carretas. Sensibilizado pelo cenário de destruição e pela situação de vulnerabilidade daquelas mulheres e crianças, o carreteiro consente em aceitá-los como passageiros. É assim que Ana parte do descampado que restou do rancho de Maneco Terra em busca de proteção, o que está de acordo com a assertiva de Le Goff oferecida pela cidade. Desde o início da história da formação da cidade, o motivo que levava as famílias a reunirem-se em pequenos grupos era a proteção:

– Pr’aonde é que vão? – perguntou Ana a um dos homens.

Marciano Bezerra apressou-se a esclarecer:

– Vamos subir a serra. Já ouviu falar no Cel. Ricardo Amaral?

– Não – respondeu Ana.

– É o estancieiro mais rico da zona missioneira. É tio-avô da minha mulher. Consegui umas terrinhas perto dos campos dele. Diz que há outras famílias por lá. O velho parece que quer fundar um povoado. (VERISSIMO, 1962, p. 128)

Na vastidão de terras sem dono que se estendiam continente afora, a vantagem de se conseguir “umas terrinhas perto dos campos” de um homem poderoso, era a proteção que este poder ofereceria às famílias próximas, em troca, é claro, de alguma forma de reciprocidade. Este é o princípio da formação das cidades medievais:

Enfim, a *villa* é um domínio com um prédio principal que pertence ao senhor; em consequência, é um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas também de poder em geral sobre as pessoas, os camponeses e os artesãos que vivem nas terras ao redor. Desse modo, quando se passa a dizer, em

² “A agulha da bússola”. Entrevista concedida a Rosa Freire D’Aguiar. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *A liberdade de escrever* – Erico Verissimo. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Edipucrs, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (Coleção Engenho e Arte; 4).

francês, “la ville” (o italiano conservará o termo *cittá*), marcar-se-á bem a passagem do poder do campo para a cidade. (LE GOFF, 1998, p. 12).

Diante desta caracterização, é plausível afirmar que o lugar que Ana encontrou ao chegar às terras do Cel. Amaral era o gérmen de uma cidade com características medievais, inclusive de organização feudal:

Desde o primeiro dia Ana Terra começou a ouvir falar no Cel. Ricardo Amaral, dono dos campos em derredor, senhor de dezenas de léguas de sesmaria e muitos milhares de cabeças de gado, além duma charqueada e de vastas lavouras.

“[...] a verdade era que hoje Ricardo Amaral tinha fama de ser homem de bem e gozar grande prestígio com o governo. Sempre que havia alguma guerra o comandante militar do Continente apelava para ele e lá se ia o senhor da estância de Santa Fé, montado no seu cavalo, de espada e pistolas à cinta, **seguido da peonada, dos escravos e dum bando de amigos leais.**” (VERISSIMO, 1962, p. 133 – Grifo meu).

Este homem que possui tantas terras quanto empregados e que sai em defesa do comando militar cada vez que é requisitado, recrutando homens, escravos e amigos para as empreitadas bélicas, corresponde a um símile do senhor feudal, dono dos feudos onde trabalham os servos, e que defende a coroa a custa da vida dos próprios servos em troca de mais terras, títulos de nobreza e conseqüentemente poder. Este é o modelo de cidade que Ana e Pedro Terra vão ajudar a construir. Le Goff afirma que a cidade contemporânea assemelha-se mais à cidade medieval do que à cidade antiga. Seguindo a caracterização que Le Goff dá à cidade medieval teremos uma Santa Fé que principia nos moldes de urbanização política e social da cidade medieval, como também se pode verificar na seguinte fala do Cel. Ricardo Amaral: “General, preciso de mais terras, pois quanto mais campo eu tiver, de mais gente precisarei. E quanto mais gente eu tiver, mais soldados terá o Continente no caso de necessidades.”(VERISSIMO, 1962, p. 136)

Tanto na vila onde Ana instalou-se com a família, quanto na cidade medieval, os migrantes eram bem-vindos, na medida em que traziam não apenas mais soldados, mas também artesãos e trabalhadores das mais diversas áreas que contribuía para o crescimento e enriquecimento do ‘feudo’:

O estrangeiro, durante muito tempo, é recebido, antes, com interesse, curiosidade e honra, do que como objeto de repulsa e desprezo. Sobretudo o estrangeiro que traz uma nova maneira de bordar, uma nova técnica de ourivesaria e que a cidade adota, ainda mais quando essa técnica pode transformar a habilidade

de um indivíduo numa produção em série. (LE GOFF, 1998, p. 54).

A contribuição de Ana Terra para aquele “agrupamento de ranchos” (VERISSIMO, 1962, p. 132) que por intenção do Cel. Amaral aspira a povoado é o exercício do ofício de parteira, para o qual Ana utiliza a velha tesoura, parte dos escassos bens que trouxera do distante rancho de Maneco Terra. Este ofício é inaugurado quando uma das mulheres da vila entra em trabalho de parto e Ana é chamada para ajudar:

A criança veio ao mundo roxa e muda, meio morta. Ana segurou-lhe os pés, ergueu-a no ar, de cabeça para baixo, e começou a dar-lhe fortes palmadas nas nádegas até fazer a criaturinha berrar. E quando a viu depois com os beicinhos grudados no seio da mãe a sugá-los com fúria, foi lavar as mãos, dizendo ao pai que estava no quarto naquele momento:

– É mulher. – E a seguir, sem amargor na voz, quase sorrindo, exclamou: – Que Deus tenha piedade dela!

Desde esse dia Ana Terra ganhou fama de ter “boa mão” e não perdeu mais parto naquelas redondezas. Às vezes era chamada para atender casos a muitas léguas de distância. Quando chegava a hora e algum marido vinha buscá-la, meio afobado, ela em geral perguntava com um sorriso calmo:

– Então a festa é pra hoje?

Enrolava-se no xale, amarrava um lenço na cabeça, apanhava a velha tesoura e saía. (VERISSIMO, 1962, p. 138).

Por sua vez, quando Pedro Terra atinge a idade adulta, constrói uma olaria. A casa dos Terra é austera, erigida com os tijolos da olaria de Pedro: “Nos quartos, camas-de-vento, baús, e pregos na parede a guisa de cabides. As paredes eram caídas e completamente nuas; na sala de jantar havia uma saliência semelhando um ventre roliço – Ana Terra costumava dizer que a casa estava grávida” (VERISSIMO, 1962, p. 191). Esta casa será, nos livros seguintes, parte indissociável da história da família. Ana Terra como que pressagia o que está por vir, a casa está, de fato, grávida de uma dinastia.³

Algum tempo depois da chegada da família Terra à vila do Cel. Ricardo Amaral, este finalmente recebe do governo autorização e instruções para alçar a vila à categoria de povoado. Como consequência do aumento da estrutura do agora

³ Jane Tutikian cita Bachelard ao dissertar sobre a importância do espaço na memória representado pela casa da infância, em artigo sobre a obra de um escritor angolano, que parece ser pertinente aqui: “Tempo e espaço se confundem, o espaço comprime o tempo. E a casa é o espaço da felicidade, do abrigo, da essência íntima e completa. Bachelard fala da “maternidade” da casa.”. (BACHELARD, 2005, p. 27 apud TUTIKIAN, 2009, p. 120.) Grifo meu.

povoado, mais pessoas são atraídas para o lugar, e o crescimento do povoado torna-se mais ágil. Assim como em toda cidade medieval há a casa que abriga o senhor do feudo⁴, o Cel. Ricardo edifica seu casarão, em torno do qual deverá orbitar o resto da comunidade:

No ano seguinte mandou construir uma casa toda de pedra para sua família, bem na frente da capela, do outro lado da praça. Ergueu outras casas para alugar à gente que chegava. E muita gente chegou naquele ano e nos seguintes. Tropeiros que vinham de Sorocaba comprar mulas nas redondezas, gostavam do lugar e iam ficando por ali. E o nome de Santa Fé começou a ser conhecido em todo o município do Rio Pardo e fora dele. (VERISSIMO, 1962, p. 148).

Na cidade medieval e no povoado de Santa Fé, eram bem-vindos os migrantes que trouxessem alguma contribuição para o desenvolvimento da comunidade, mas eram mal vistos aqueles que chegavam sem perspectiva de ofício. Em *Um certo capitão Rodrigo* somos apresentados àquele que será o terceiro elemento da tríade formadora do clã Terra – Cambará. O capitão Rodrigo chega com ar folgazão, de quem está só de passagem, e é olhado com desconfiança pela pacata e sisuda população. O capítulo começa abordando esse estranhamento: “Toda a gente tinha achado estranha a maneira como o Cap. Rodrigo Cambará entrara na vida de Santa Fé.” (VERISSIMO, 1962, p. 174). Assim que entra no povoado, Rodrigo procura a venda do Nicolau e de imediato quase arruma inimizade com um morador local, Juvenal Terra, do qual acaba se tornando amigo. Na segunda parte do mesmo capítulo, é dia de finados e Rodrigo encontra por acaso a família Terra no cemitério, e se interessa por Bibiana, neta de Ana Terra, irmã de Juvenal. A moça está acompanhada dos pais, e Pedro Terra, que herdara o gênio macabúzio do avô Maneco, também deixa claro que não faz gosto com a presença do forasteiro no povoado. Rodrigo tenta estabelecer uma conversa e usando a humildade como artimanha para ganhar a confiança do velho resolve lhe pedir aconselhamento:

– Que espécie de conselho vosmecê deseja?

– Pois resolvi ficar em Santa Fé. Sou solteiro, não tenho parentes e pretendo sentar juízo. Queria empregar direito o dinheirinho que tenho e não sei bem o que vou fazer. Vosmecê acha que devo plantar ou criar gado?

Pedro escrutou-lhe o rosto por um instante e depois perguntou:

– Vosmecê quer mesmo a minha opinião franca?

– Foi pra isso que pedi o seu conselho.

⁴ “Do ponto de vista dos materiais, a construção permanece em geral bastante modesta, mesmo quando se usa a pedra: não se pode falar em castelo.” (LE GOFF, 1998, p. 12).

– Está bem. O meu conselho é que vosmecê monte a cavalo e vá embora daqui o quanto antes. (VERISSIMO, 1962, p. 190).

A reação de desconfiança e de hostilidade de Pedro Terra com a chegada do estrangeiro é idêntica à de seu finado avô Maneco quando Pedro Missioneiro aparece no rancho. E o que se segue é o mesmo que aconteceu no tempo da narrativa mítica. O estrangeiro chega para subverter a ordem vigente, mas desta vez a narrativa está instaurada no tempo histórico, a trajetória dos Terra – Cambará está traçada, a casa que um dia será o Sobrado está gestando não apenas o futuro do clã, mas também o da cidade.

Decidido a ficar em Santa Fé, Rodrigo vai ter com o ‘dono da cidade’, Cel. Ricardo Amaral, como quem pede permissão, mas na esperança de convencê-lo de suas boas intenções. O diálogo é tenso no começo, mas os humores se arrefecem. No entanto, o coronel deixa claro que o capitão não é bem-vindo. É a terceira vez que Rodrigo é diretamente rechaçado por um morador local, e desta vez pelo fundador do povoado. Rodrigo é obstinado e age de acordo com a sua própria vontade, guiado pela teimosia e sempre passional:

– Bem, vou andando com a licença de vosmecê.

– Pra andar vosmecê tem toda a minha licença.

– E pra ficar?

– Para ficar, não.

O capitão fez meia volta, aproximou-se da porta e, já a abri-la, exclamou:

– Mas eu fico!

Não ouviu o que o outro disse nem lhe viu a cara, pois bateu a porta em seguida e saiu para o alpendre. Dirigiu-se para a venda do Nicolau, assobiando, com o chapéu atirado para a nuca, a ruminar com gôzo suas últimas palavras. Mas fico. Mas fico. Mas fico. (VERISSIMO, 1962, p. 213).

O papel desempenhado pelo Cel. Ricardo Amaral é o papel do Estado, e está de acordo com o contrato social formulado por Thomas Hobbes. Para Hobbes, sem o intermédio do Estado, os homens vivem sob a hipótese do que ele batiza de “estado de natureza”, ou seja, não existe um acordo natural que regule o direito à propriedade e à vida, e deste modo fica estabelecido que “o homem é o lobo do homem”. O contrato social segundo Hobbes estabelece então que os homens abrem mão da liberdade do “estado de natureza” para que haja um poder regulador que os proteja, um estado artificial representado por um poder absoluto. No caso de Santa Fé, este poder é o Cel. Ricardo Amaral, que tenta, em vão, impor sua vontade à do forasteiro.

No tempo mítico em que encontramos os dois primeiros pilares do tripé sob o qual se edifica o clã dos Terra – Cambará, não há a cidade e, portanto não existe o poder regulador do Estado. O primeiro forasteiro fecunda Ana Terra, segunda peça da tríade, e o resto da família acaba dizimada por um ataque do lobo do homem, a saber, o próprio semelhante. Mas este é o tempo mítico. No tempo histórico ao qual se refere Flávio Loureiro Chaves, o indivíduo não se encontra mais à mercê do acaso. A integridade das famílias que fazem parte da tessitura social de Santa Fé está assegurada, mas isto não impede que Rodrigo se estabeleça no povoado. Rodrigo representa uma ameaça porque além de ser um desconhecido que chega sem ser convidado, é um nômade que vem “de muitas guerras” (VERISSIMO, 1962, p. 176). Le Goff explica, em parte, o repúdio sofrido pelo capitão por parte do povoado:

Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho, à vista de todo mundo. Inversamente, a ociosidade é depreciada: o preguiçoso não tem lugar na cidade. (LE GOFF, 1998, p. 49).

A despeito do que tenha dito o Cel. Amaral, Rodrigo se estabelece na cidade, constitui família, vindo a ser a terceiro e definitivo elemento fundador do clã Terra – Cambará. Rodrigo morre, mas sua mulher Bibiana será a responsável pelo fortalecimento e preservação da família. Sua descendência crescerá e se desenvolverá juntamente com a cidade de Santa Fé. A assertiva de Lopez e Canizal, segundo a qual Érico Verissimo utilizou-se da técnica da redução ao contar a história da cidade a partir da história de uma família, se confirma tragicamente quando o ciclo iniciado por Pedro Missioneiro se fechar. Os Terra – Cambará crescerão com a cidade, e como a cidade que no século XX se deteriora na mudança dos costumes e da geografia, com a aparição dos subúrbios, da pobreza, e da corrupção, também a estirpe política que foi gestada no Sobrado se enfraquecerá e fragmentará, chegando ao fim com o estertor do Dr. Rodrigo Terra Cambará.

Referências

BORDINI, Maria da Glória. *Criação literária em Erico Verissimo*. Porto Alegre: L&PM; EDIPUCRS, 1995.

BORDINI, Maria da Glória (Org.). *A liberdade de escrever – Erico Verissimo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Edipucrs; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997.

BRADBURY, Malcolm; MacFARLANE, James (Org.). *Modernismo: guia geral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). *O contador de histórias – 40 anos de vida literária de Erico Verissimo*. Porto Alegre: Globo, 1972.

CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LÓPEZ, Edward; CAÑIZAL, Eduardo Peñuela. O realismo intra-histórico de “O tempo e vento”. *Revista de Letras, Assis*, v. 12, 1969.

MALMESBURY, Thomas Hobbes. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento: O continente*. Porto Alegre: Globo, 1962.

_____. *O tempo e o vento: O retrato*. Porto Alegre: Globo, 1963.

_____. *O tempo e o vento: O Arquipélago*. Porto Alegre: Globo, 1963.

Recebido em 13 de julho de 2010.

Aceito em 10 de janeiro de 2011.

LAURENE VERAS

Mestranda em Literatura Portuguesa e Luso-Africana pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: doloresdavi@gmail.com.